



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BRIAN DE LIMA VILLANUEVA

**“O PUBLICADOR GOYANO” E O ABOLICIONISMO NA PROVÍNCIA DE
GOIÁS**

**Brasília-DF
2025**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BRIAN DE LIMA VILLANUEVA

**“O PUBLICADOR GOYANO” E O ABOLICIONISMO NA PROVÍNCIA DE
GOIÁS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do grau de
licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa

Brasília-DF

2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr

Kelerson Semerene Costa(Orientador)

Prof. Dr

Luiz Paulo Ferreira Nogueról

Profa. Dra

Neuma Brilhante Rodrigues

Resumo

A presente monografia investiga o papel do jornal *O Publicador Goyano* na difusão e repercussão das ideias abolicionistas na província de Goiás entre 1885 e 1887. Considerando a abolição da escravidão como um processo gradual, influenciado por forças internas e externas no Brasil, este trabalho analisa como as retóricas e estratégias do movimento abolicionista — como o ativismo político, o uso da imprensa e ações judiciais — para contestar a legitimidade da escravidão foi manifestado na província de Goiás. Esta, com uma estrutura econômica pouco dependente do trabalho escravizado depois do declínio da mineração, configurou-se como um terreno peculiar para a atuação abolicionista. Nesse contexto, o jornal *O Publicador Goyano* destacou-se por sua postura declaradamente abolicionista e republicana, veiculando conteúdos alinhados aos debates nacionais e às práticas do movimento. A análise do periódico busca compreender como temas como alforria condicional e incondicional; ações do movimento abolicionista; confronto entre abolicionistas e escravistas, retóricas abolicionistas; estratégias abolicionistas; imigração estrangeira como solução para o problema da mão de obra nacional; a arte como propaganda abolicionista, e abolição gradual e abolição imediata foram veiculados no contexto goiano da década de 1880, contribuindo, assim, para o entendimento das especificidades regionais do processo de abolição e da penetração do discurso abolicionista fora dos grandes centros. O estudo ainda dialoga com a historiografia sobre o tema, articulando elementos locais e nacionais da luta pelo fim da escravidão.

Palavras-chave: Abolicionismo, imprensa, escravidão, Goiás, *O Publicador Goyano*, século XIX, movimento abolicionista, história regional, alforria

Abstract

This monograph investigates the role of the newspaper *O Publicador Goyano* in the dissemination and impact of abolitionist ideas in the province of Goiás between 1885 and 1887. Considering the abolition of slavery as a gradual process, influenced by internal and external forces in Brazil, this work analyzes how the rhetoric and strategies of the abolitionist movement — such as political activism, the use of the press, and legal action — to challenge the legitimacy of slavery manifested in the province of Goiás. With an economic structure little dependent on enslaved labor after the decline of mining, this province constituted a unique terrain for abolitionist action. In this context, the newspaper *O Publicador Goyano* stood out for its avowedly abolitionist and republican stance, publishing content aligned with national debates and the movement's practices. The analysis of the newspaper seeks to understand how themes such as conditional and unconditional manumission; the actions of the abolitionist movement; the confrontation between abolitionists and slaveholders; abolitionist rhetoric; abolitionist strategies; foreign immigration as a solution to the national labor force problem; art as abolitionist propaganda; gradual abolition and immediate abolition were all disseminated in the Goiás context, thus contributing to the understanding of the regional specificities of the abolition process and the penetration of abolitionist discourse outside the major centers. The study also engages with the historiography on the subject, articulating local and national elements of the struggle to end slavery.

Keywords: Abolitionism, press, slavery, Goiás, *O Publicador Goyano*, 19th century, abolitionist movement, regional history, manumission

Sumário

<u>Introdução</u>	<u>6</u>
<u>Capítulo 1 – A Crise do Escravismo no Brasil Império</u>	<u>11</u>
<u>1.1. A Quebra do Consenso</u>	<u>12</u>
<u>Capítulo 2 – O Movimento Abolicionista no Brasil</u>	<u>18</u>
<u>2.1. Fases do Abolicionismo</u>	<u>20</u>
<u>Capítulo 3 – A Abolição da Escravidão no Jornal O Publicador Goyano</u>	<u>23</u>
<u>3.1. A Escravidão na Província de Goiás</u>	<u>23</u>
<u>3.2. O Debate Sobre a Abolição nas Páginas d’O Publicador Goyano</u>	<u>25</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>37</u>
<u>Referências</u>	<u>39</u>

Introdução

A abolição da escravidão no Brasil representa um marco significativo e complexo na história nacional. A escravatura, que sustentou por séculos as estruturas econômica, social e cultural do território nacional, não chegou ao fim de maneira súbita. Seu colapso foi, na verdade, um processo gradativo e marcado por tensões, no qual múltiplas forças — estrangeiras e domésticas — atuaram ao longo do século XIX, refletindo contradições, resistências e transformações profundas na sociedade da época.

Segundo a análise de Ricardo Salles,¹ o Brasil imperial consolidou-se sobre uma estrutura escravista. Entretanto, essa base excludente, essencial para a solidez do regime, também gerou tensões que levariam, no século XIX, a uma crescente erosão do consenso social em torno da escravidão. Fatores externos, como a pressão internacional de potências como a Inglaterra, que exigia o fim do tráfico de escravizados pelo Atlântico, e o desfecho da Guerra Civil Americana em 1865, evidenciaram o isolamento de um Brasil escravista perante um mundo de nações civilizadas e livres. Internamente, a população escravizada, embora vital para a economia, só tendeu a diminuir após a proibição efetiva do tráfico negreiro, e os avanços tecnológicos na agricultura sinalizavam novas possibilidades para o trabalho.² Também, o alargamento do espaço político, impulsionado pelas reformas do gabinete Rio Branco, além da aprovação da Lei do Ventre Livre, e a ascensão de ideias liberais e republicanas, intensificaram o debate sobre o futuro do trabalho servil no Brasil oitocentista.³

Neste cenário, o movimento abolicionista atuou desenvolvendo retóricas e estratégias que buscavam desfazer a legitimidade da escravidão e criar meios para extinguir o trabalho servil. De acordo com Ângela Alonso, o movimento usou de diferentes ações em diferentes momentos a depender da conjuntura política vigente. Primeiro, “operou com flores” a partir de 1868 — agiu no espaço público por meio de passeatas, procissões, reuniões abertas ao público, alforrias públicas, eventos benéficos para a compra de alforrias, libertação de territórios por meio de manumissões numerosas, apresentações de teatro voltadas ao tema da escravidão,

¹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial*: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 5

² COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 64-65

³ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 70-71.

conferências-concerto, lobby, ações judiciais e propaganda em jornais; tudo em forma de mobilização pacífica. Depois, iniciou-se a fase da busca de votos, em maio de 1884, quando o movimento lançou seus próprios candidatos a cargos legislativos e apoiou outros candidatos abertamente abolicionistas, fazendo campanha em várias províncias e aliando-se ao governo Dantas na aprovação de leis contra a escravidão. Por último, a partir de agosto de 1885, o movimento operou com “balas”, partindo para a clandestinidade e o confronto. Nessa fase, abolicionistas roubavam e escondiam escravos, o que era crime, e os levavam sorrateiramente para áreas livres do cativeiro, como Ceará, Amazonas e a cidade de Santos (SP), além de quilombos e fazendas de abolicionistas e simpatizantes pelo Império.⁴ Além disso, era comum que associações e indivíduos abolicionistas fundassem jornais próprios para defender sua visão política, criticar a escravidão e propagar as ideias e ações do movimento. Para se ter uma ideia da relação estreita entre abolicionismo e a imprensa, três dos maiores líderes abolicionistas do país fundaram jornais pró-abolição: Luís Gama, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. O jornal era o grande meio de comunicação de massa da época e o movimento abolicionista soube utilizar muito bem essa ferramenta a favor de sua causa.

Num contexto nacional de transformações e ações abolicionistas, a província de Goiás, com sua economia inicialmente ligada à mineração e, posteriormente, à subsistência e ao comércio regional em pequena escala, apresentava uma dinâmica própria em relação à mão de obra escrava. Para compreender a perspectiva particular de como as discussões nacionais em torno da abolição do trabalho escravo foram absorvidas, interpretadas e veiculadas no contexto local da província goiana, o jornal *O Publicador Goyano* foi analisado, num período de publicação de 1885 a 1887. Este recorte temporal foi escolhido por se tratar do período final da escravidão, momento em que as discussões sobre o futuro desta instituição eram intensas, constantes, e sua reforma era assunto nacional. Nesse período, por exemplo, houve o governo de um gabinete liderado por um membro de associação abolicionista, aconteceu a aprovação da Lei dos Sexagenários, houve uma nova matrícula de escravos em todo o país, o movimento abolicionista lançou e apoiou candidatos na política, a Lei nº 3.310 (que proibia a pena de açoites a escravos) foi promulgada, o Grupo Parlamentar

⁴ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 19, 352-353.

Abolicionista foi fundado por Joaquim Nabuco com 14 deputados, a princesa Isabel assumiu a regência da Coroa, os abolicionistas tornaram sistemáticas as fugas coletivas orientadas de escravos pelo Império, vários clérigos católicos se manifestaram publicamente em favor da abolição e deputados abolicionistas apresentaram projetos de abolição imediata à Câmara. O recorte temporal que abrange todos esses acontecimentos começa em 23/02/1885, porque é a data de lançamento da primeira edição d'*O Publicador*, e termina em 31 de dezembro de 1887, por ser esta a data da última edição disponível e anterior à abolição. As edições disponíveis do jornal para o ano de 1888 são posteriores ao Treze de Maio, por isso o recorte vai de 1885 a 1887.

Publicado semanalmente, *O Publicador Goyano* estreou em 23 de fevereiro de 1885. Seus proprietários e sócios eram José do Patrocínio Marques Tocantins, editor e redator, e seu sobrinho, Pacífico Eusébio Marques Aranha.⁵ O jornal declarava-se abertamente abolicionista e republicano, adotando uma linha editorial claramente posicionada. De acordo com Borges, Barbosa e Boita *O Publicador*:

tinha um escopo político, noticioso e enciclopédico angulado em grandes eixos temáticos, a saber: abolição do trabalho escravo; instauração da República; laicidade do Estado; liberdade de pensamento, da imprensa e da pessoa e garantia de direitos humanos fundamentais (Borges, Barbosa e Boita, 2021, p. 10).

Com isso, esta monografia se propõe a investigar a presença do abolicionismo nas páginas d'*O Publicador Goyano*. Para tanto, a pesquisa se debruçou sobre a análise do periódico, buscando identificar a manifestação de temas relacionados à escravidão na década de 1880: a abolição gradual ou imediata da escravidão, as alforrias condicionais e incondicionais, a imigração para a substituição do trabalho escravo, o sofrimento do escravo, abolicionismo na cultura, a manifestação do conceito de progresso e marcha da civilização, ações legais e ilegais do movimento abolicionista, a libertação de territórios e as retóricas abolicionistas. A pesquisa também buscou identificar a cobertura feita, pelo jornal, das ações do movimento abolicionista, dentro e fora da província de Goiás. Ao relacionar o conteúdo do jornal com a historiografia da escravidão e do abolicionismo nacional, este trabalho pretende, com foco n'*O Publicador Goyano*, identificar a manifestação do abolicionismo na província goiana, contribuindo assim, ao

⁵ GOUVEIA, José Vanderlei. *História cultural da tipografia e da indústria gráfica goiana no século XIX*. Goiânia: UFG-FIC/PPGCom, 2022. p. 60.

mesmo tempo, para uma compreensão particular de Goiás dentro do processo de abolição brasileiro e do alcance do abolicionismo como movimento nacional.

A análise do jornal *O Publicador Goyano*, cuja coleção compreende 151 edições publicadas dentro do recorte temporal proposto, e justificado anteriormente, pela pesquisa, isto é, de 1885 e 1887, buscou extrair o assunto de estudo desta monografia de dentro das edições do periódico. Para isso, utilizou-se o mecanismo de busca avançada da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) com o intuito de localizar textos e matérias que abordassem de forma direta ou indireta os temas do abolicionismo, da escravidão e seus demais correlatos.

Para localizar as partes d'*O Publicador Goyano* que tratavam do tema da monografia, a estratégia metodológica foi a utilização de palavras-chave como filtros de pesquisa. Aplicadas sobre a fonte dentro do recorte proposto, estas palavras-filtro foram, seguidas do número de vezes que apareciam na fonte: escravo, com 103 ocorrências; escravidão, com 75 ocorrências; abolicionista, com 57 ocorrências; forro, com 34 ocorrências; servil, com 34 ocorrências; abolição, com 27 ocorrências; emancipação, com 26 ocorrências; abolicionismo, com 23 ocorrências; liberto, com 10 ocorrências; sexagenários, com 10 ocorrências; alforria, com 8 ocorrências; escravizado, com 7 ocorrências; escravocrata, com 4 ocorrências; ingênuo, com 3 ocorrências; esclavagismo, com 2 ocorrências; e escravismo, com 2 ocorrências. Outras palavras relacionadas à escravidão e à abolição também foram testadas, contudo, sem apresentar resultados. A seleção dessas palavras-filtro se deu em razão da forte vinculação semântica com o objeto da pesquisa — o abolicionismo e a escravidão — e pelo potencial que apresentam de aparecer em textos pertinentes à temática. As palavras-chave foram cruzadas simultaneamente, permitindo identificar se ocorriam em uma mesma edição ou em um mesmo texto. Esse procedimento possibilitou o rastreamento do tema, de forma minuciosa, edição por edição, texto por texto, na fonte.

Essa abordagem metodológica permitiu, por exemplo, localizar textos que discutessem a escravidão ainda que não contivessem em seu corpo textual expressões como “escravidão”, “servil” ou “forro”, mas que, por outro lado, por utilizarem termos como “escravo” ou “abolicionismo” fossem encontrados. Essa estratégia de filtragem

com várias palavras evitou que matérias e textos relevantes para a pesquisa fossem ignorados.

Complementarmente, aplicou-se a leitura inspecional, na fonte, a diversos textos.⁶ Essa técnica consiste em extrair o máximo de informações em curto período, por meio de uma leitura investigativa que busca indícios temáticos em palavras, títulos, subtítulos, parágrafos e outras estruturas textuais. Tal método foi especialmente útil em edições cuja deterioração parcial ou total impossibilitou o funcionamento perfeito do mecanismo de busca da plataforma da Hemeroteca Digital. Assim, textos não capturados pelo sistema foram identificados por essa leitura.

Ao final do processo, foram lidos e selecionados apenas os textos considerados relevantes para a pesquisa. Edição por edição, os textos foram sintetizados e devidamente referenciados, com indicação da data e da localização precisa dentro do jornal *O Publicador Goyano*. Concluído o levantamento, verificou-se que, do total de 277 textos identificados pelas palavras-filtro — entre artigos, editoriais, notícias e demais categorias —, 235 apresentavam pertinência à temática da pesquisa e foram, portanto, incorporados ao corpus documental.

Por fim, a estrutura deste trabalho se apresenta da seguinte forma: o Capítulo 1 (A Crise do Escravismo no Brasil) trata do consenso escravista que havia na sociedade brasileira e que perdurou por mais de trezentos anos. Em seguida, o capítulo aborda os fatores internacionais e nacionais que cooperaram para o enfraquecimento e a quebra desse consenso em torno da escravidão na sociedade brasileira. Mais adiante, o Capítulo 2 (O Movimento Abolicionista no Brasil) apresenta as retóricas usadas pelo movimento abolicionista no Brasil, as respostas de antiabolicionistas às reformas da escravidão e as ações dos abolicionistas em cada fase do movimento, desde seu início até a abolição em 1888. Seguindo para o fim, o Capítulo 3 (Abolição da Escravidão no Jornal *O Publicador Goyano*) conta um pouco da história da relação de Goiás com a escravidão e, por fim, é nele que se demonstra a conexão entre Goiás e o abolicionismo nacional através d'*O Publicador Goyano*.

⁶ ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. *Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente*. São Paulo: É realizações, 2010, p. 39.

Capítulo 1 – A Crise do Escravismo no Brasil Império

Por mais de três séculos, do XVI ao XIX, a escravidão foi amplamente praticada e aceita no Brasil sem que sua legitimidade fosse contestada pelas classes dominantes.⁷ Isso porque a escravidão sempre foi, desde os tempos coloniais, o fundamento sobre o qual se assentava a economia do Brasil, seus partidos e sua aristocracia. Neste sentido, a escravidão representava mais que apenas um recurso de mão de obra; ela abarcava um conjunto de relações sociais mais amplo que as relações puramente econômicas, definia classe, status social e gerava um estilo de vida próprio.⁸

De toda a América, colonial e independente, o Brasil foi o território que mais importou escravos. Esses escravos estavam em toda parte da sociedade brasileira e os mais diferentes grupos sociais tinham acesso a eles. De proprietários de terras a trabalhadores rurais, de profissionais liberais a funcionários públicos, do Imperador à nobreza, de pessoas livres a ex-escravos, todos tinham ou poderiam ter escravos. E todos, direta ou indiretamente, dependiam da escravidão; ela era o oxigênio que permitia a vida de todo um sistema.⁹ Assim, durante mais de três séculos, a escravidão fez parte da vida cotidiana brasileira. Como a religião ou a arte para o ser humano, o cativeiro era tido como natural, um hábito comum compartilhado por toda a humanidade. Sobre essa condição de dependência e familiaridade, havia um consenso na sociedade brasileira quanto ao papel da escravidão, sua necessidade e sua razão de ser.

A religião majoritária e oficial da época, o catolicismo, argumentava que a ordem social era obra da Providência Divina. E, se alguns nasciam ricos e outros, pobres; uns, plebeus e outros, nobres; uns, livres e outros, escravos, não era papel dos homens reformularem essa ordem social. Além disso, argumentava-se que o cativeiro era benéfico para o escravizado, visto que este era retirado de seu local de ignorância e trazido para um lugar em que teria a chance de conhecer o cristianismo e, portanto, alcançar a salvação.¹⁰ O cativeiro era, assim, um procedimento missionário às avessas, onde o pregador não ia até o gentio, mas o gentio era sequestrado de sua pátria, sendo

⁷ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 14.

⁸ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial*: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 40.

⁹ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 20.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 14.

trazido a contragosto até a terra do pregador. Fosse qual fosse a justificativa, a escravidão estava na economia, na vida social e na política brasileira; por isso tinha legitimidade, ela não era apenas aceitável, era socialmente natural para toda aquela nação escravista.¹¹

Assim sendo, poucos foram os sujeitos que, no período colonial — e fugindo à regra —, criticaram o tráfico de escravos e contestaram a legitimidade da escravidão. Esses tipos sofreram, como pena, a expulsão da Colônia, enquanto o tráfico e a escravidão lá permaneceram, assim como o consenso escravista que sustentava ambos.¹² Os que mais repudiavam a escravidão eram os escravizados, suas fugas e insurreições representavam seu protesto contra o sistema escravocrata e sua legitimidade. Esses escravos contavam com pouca simpatia dos homens livres e sofriam grande repressão da parte deles.¹³

1.1. A Quebra do Consenso

A partir das últimas décadas do século XVIII, desenvolveram-se na Inglaterra e nos Estados Unidos ideais e uma moral antiescravista que tinham como fundamento uma “sensibilidade humanitária”, uma consciência mais profunda do sofrimento do próximo, incluindo subordinados, visto que, sob uma nova concepção antropológica, são coparticipantes da natureza humana. De acordo com Ângela Alonso, no caso inglês e americano, o antiescravismo teve quatro fontes:

o Iluminismo de Montesquieu e sua tese da escravidão como estorvo à felicidade humana; a oposição entre escravidão e progresso humano, de Adam Smith; o romantismo, que recorreu ao primitivismo para colar o africano ao bom selvagem, e, sobretudo, o protestantismo quaker, que associou escravidão e pecado (Alonso, 2015, p. 73).

Essas ideias mudaram a forma com que a sociedade ocidental enxergava e interpretava a escravidão e o estilo de vida que dela provinha. Sob nova perspectiva, a escravidão foi redefinida: de diferença social, natural e legítima virou instituição economicamente ineficiente, moralmente desprezível e sentimentalmente repugnante.

¹¹ ALONSO, cit., p. 21.

¹² COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.14 - 15.

¹³ Ibidem, p. 15.

Desse modo, abriu-se a possibilidade para que os escravizados deixassem de ser mercadorias para se tornarem indivíduos, e para que surgisse uma intervenção política em favor deles em uma luta de imperativos morais.¹⁴

Quando o abolicionismo, consequência dessas ideias e propagador delas também, chegou ao Brasil, o repertório moral abolicionista da Europa e dos Estados Unidos já era maduro. A ideia de progresso, tão cara ao Iluminismo, acabou sendo aplicada de forma diferente no exterior e aqui. No estrangeiro, durante o século XVIII, o fundamento desse progresso era filosófico, a favor da liberdade e civilização de costumes. Por nascer depois, no final dos anos 1860, como sustenta Ângela Alonso, o abolicionismo brasileiro se apoiou nas novas ciências sociais de sua época, particularmente na sociologia oitocentista; destacando-se aí Auguste Comte e seus pares evolucionistas, como Herbert Spencer. Todos esses entendiam o progresso como um movimento imparável da industrialização, urbanização e secularização, que, ao longo do seu percurso, destruiria as instituições tradicionais — “catolicismo, agrarismo, monarquia, escravidão” — para, assim, dar à luz uma “sociedade moderna, científica, industrial, republicana, de trabalho livre”.¹⁵ Sob essa perspectiva, a escravidão, hábito nos tempos antigos e, portanto, adequada ao seu estágio de desenvolvimento social, para a sociedade oitocentista se tornou obsoleta. Essa forma de interpretar a humanidade, seu passado e seu futuro, era mais que bem-vinda numa sociedade brasileira em processo de modernização como aquela.

No Brasil, esse esquema interpretativo sobre o progresso tornou-se conhecido por meio de livros, de jornais e de faculdades, chegando ao conhecimento de uma nova geração de estudantes que se utilizou dele para criticar o *status quo* imperial e acusar a instituição da escravidão de anacrônica, de imprópria para a modernidade e de empecilho ao progresso que precisava ser extinto por meio de uma política científica.¹⁶ Todo esse esquema interpretativo — que entendia o cativeiro humano como um problema — punha em xeque a legitimidade, a moralidade e a necessidade da escravidão, golpeando, assim, diretamente o consenso escravista que a naturalizava, a

¹⁴ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 73.

¹⁵ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 78.

¹⁶ Ibidem.

religião que a justificava, a monarquia que por ela reinava e o sistema agrário que dela lucrava. Desse modo, o consenso escravista se quebrara, perdendo sua unanimidade e poder à medida que as ideias antiescravistas iam ganhando mais e mais adeptos.

Ao longo do século XIX, alguns fatores internacionais importantes para a quebra desse consenso aconteceram. O Brasil praticou a escravidão na companhia de outros países até o século XVIII. Porém, a partir da primeira metade do XIX, o cenário internacional mudou. Uma sequência de abolições começou a tomar lugar no mundo, começando pelo território do Haiti, em 1804. Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos proibiram o tráfico negreiro em suas jurisdições. Em 1815, após o fim das guerras napoleônicas, o Congresso de Viena, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos ao norte da linha do Equador. A maior parte das colônias espanholas na América consumou independência e abolição no século XIX. Na década de 1820, o cativeiro foi sendo abolido no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia e México. Na década de 1830, aboliu-se o trabalho escravo na Guiana Inglesa. Todos esses acontecimentos e abolições criaram um cenário internacional no qual a escravidão passou a ser *persona non grata*.¹⁷ O mundo estava se reposicionando em relação à escravidão, o que levou parte da elite nacional a repensar o papel da escravidão no Brasil e seu futuro junto ao país. O consenso escravista nacional se fragilizara ante a nova tendência internacional.

Desde os tempos da Independência, o Império Britânico, maior potência da época, demandava do Brasil o fim do tráfico. Os britânicos só passaram a reconhecer a independência e a soberania do Brasil como nação depois que tratado, proibindo o comércio negreiro, foram assinados entre os dois impérios em 1826. Este tratado foi descumprido pelo Brasil, assim como a lei brasileira de 1831 que proibia o tráfico negreiro, que retomou o tráfico de africanos. Entre 1831 e 1850, entraram no Brasil mais de 700 mil escravos, num comércio considerado ilegal pelas leis nacionais e internacionais. Isso levou a Inglaterra a agir de modo mais severo. A Marinha britânica passou a “policiar embarcações, apreendeu escravos contrabandeados e ameaçou a soberania nacional com navios nas imediações da costa brasileira”.¹⁸ Após tamanhas

¹⁷ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 19.

¹⁸ ALONSO, cit., p. 20.

tensões diplomáticas, em 1850, o congresso aprovou a Lei Eusébio de Queiróz que acabava com o tráfico de africanos novamente.

O fim do tráfico gerou algumas consequências para a sociedade escravista do Império: internamente, o preço dos escravos subiu, pois a oferta abundante foi encerrada, e a população de escravos começou a diminuir, pois as condições do cativeiro garatiam uma baixa expectativa de vida para os escravizados, somada à sua taxa de natalidade, que também era baixa. Isso fez com que sua posse fosse concentrada nos estratos de maior renda da sociedade e com que a escravaria fosse transferida dos centros urbanos para as áreas de agricultura de exportação, onde os fazendeiros escravocratas pagavam altos preços por ela. O escravo que, antes do tráfico, devido à enorme oferta, era propriedade de muitos estratos sociais, depois da proibição do tráfico, deixou de ser posse de muitas pessoas, que quando muito, tinham alguns escravos. Esse grande número de pessoas sem escravos passou a ter menor ou nenhum interesse direto em manter a instituição servil.¹⁹

Além dessas consequências, houve o crescimento acentuado da população livre nos centros urbanos e a composição das cidades começou a mudar. Como a população escrava passou a se concentrar nas zonas mais produtivas e exportadoras do Império — calcula-se que entre sete mil a dez mil escravos eram transferidos anualmente para o Centro-Sul do Império advindos de outras regiões²⁰ — as regiões urbanas passaram a ter menos escravos e uma população livre cada vez maior; soma-se a isso, o fato de que a população livre, desde a Independência, sempre manteve uma taxa de crescimento natural maior que a da população escravizada. Em 1822, por exemplo, a população livre era cerca de 2 milhões, em 1872 cresceu para 8,5 milhões e em 1888 atingiu quase 14 milhões. Já a população escrava, em 1822 foi de pouco mais de 1 milhão para cerca de 1,5 milhão em 1872, por fim, decrescendo para 700 mil em 1887,²¹ ou seja, passou de, aproximadamente, 30% para 15% e, finalmente, 5% da população total do Império. Esse declínio de uma população e o crescimento da outra mudou a composição das cidades. Nelas, havia menos escravos e, portanto, mais oportunidades de trabalho para as pessoas livres. Na década de 1860, o número de trabalhadores livres já superava o de escravizados nos núcleos urbanos. Outro fator que contribuiu para esse declínio da

¹⁹ ALONSO, cit., p. 21.

²⁰ COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 37.

²¹ COSTA, E., cit., p. 63.

escravaria urbana foi que nas cidades os escravos tinham mais possibilidades de ganhar dinheiro e acumular pecúlio para comprar sua alforria. Era nos núcleos urbanos que as associações abolicionistas promoviam quermesses, leilões, prendas etc., para arrecadar fundos para manumissões. Ao levar em conta esse declínio da escravaria nas cidades, vê-se que as populações urbanas dependiam cada vez menos do trabalho escravo e tinham menos contato com a escravidão, tornando-se mais inclinadas a aceitar a propaganda abolicionista²². E, por conseguinte, mais propensas a questionarem a legitimidade dessa escravidão, pois dela perdião a dependência direta e a familiaridade.

Se na cidade a situação era essa, no campo também aconteceram mudanças importantes. Houve inovações no sistema de produção, além do uso de tecnologias, como engenhos movidos a água e a vapor e os engenhos centrais, que se multiplicaram. Com isso, o café, por exemplo, “era pilado, descortiçado, escolhido, brunido, ensacado e pesado mecanicamente”.²³ Tudo isso aumentava a produtividade do trabalhador e, assim, diminuía o uso de mão de obra, como a escrava. Outra importante mudança foi a melhoria no sistema de transporte. Antes, os produtos eram transportados por animais de carga, carro de boi ou barcaças; depois passaram a ser transportados por ferrovias, principalmente na região cafeeira. Isso aumentou a velocidade de entrega e baixou o preço do frete. As ferrovias permitiram a redução da mão de obra escrava, já que esta não precisaria mais ser empregada durante o ano inteiro. Isso possibilitou a contratação de mão de obra livre apenas no período da colheita.²⁴ Além disso, na busca por segurança financeira por ocasião das crises que abalavam a exportação, muitos fazendeiros de escravos passaram a diversificar seus investimentos, deixando de investir seu capital exclusivamente na escravidão e passando a investir em outras áreas rentáveis da economia, como: “em estradas de ferro, bancos, companhias de seguro, títulos de dívida pública, fazendas, imóveis etc.”²⁵. Isso deixou-os menos presos e menos dependentes da economia escravista. Todas essas mudanças contribuíram para o uso cada vez menor de escravos nos trabalhos rurais, um maior emprego de trabalhadores livres e a diminuição da dependência econômica que muitos fazendeiros tinham do trabalho servil, facilitando a aceitação da ideia de um possível fim da escravidão e sua

²² Ibidem.

²³ COSTA, E., cit., pp. 64-65.

²⁴ Ibidem, p. 65.

²⁵ COSTA, E., cit., p. 69.

consequente e temida, pelos senhores fazendeiros, transição para o trabalho livre. Finalmente, o consenso sobre a escravidão se desfez até mesmo entre os fazendeiros, mesmo que os dissidentes dessa classe fossem uma minoria.

Capítulo 2 – O Movimento Abolicionista no Brasil

O abolicionismo no Brasil não foi um movimento homogêneo, dentro dele havia monarquistas, republicanos, espíritas, católicos, liberais, conservadores e positivistas. Foi um movimento de alcance nacional e dinâmico, que se adaptou ao longo do tempo em resposta às conjunturas políticas e sociais que iam se apresentando. Sua trajetória revela uma capacidade de adaptação do repertório antiescravista estrangeiro ao contexto nacional oitocentista.²⁶ Angela Alonso caracteriza o abolicionismo brasileiro como:

mais laico que religioso, antes científico que filosófico, dramático em vez de circunspecto, já que, em vez de se apoiar primariamente na Igreja – como no abolicionismo anglo-americano – ele encontrou na esfera pública e nas artes um palco fértil para sua propagação (Alonso, 2015, p. 80).

O movimento abolicionista construiu um conjunto retórico próprio para deslegitimar a escravidão no Brasil. Assim sendo, apoiou-se em três linhas discursivas: as retóricas da compaixão, do direito e do progresso.

A compaixão foi uma das forças que impulsionaram o discurso abolicionista. Ela apelava à sensibilidade da sociedade para com o sofrimento dos escravizados. A literatura e as artes, em geral, tornaram-se veículos para humanizar os cativos e expor a crueldade do cativeiro. O poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves (1868), por exemplo, retrata o escravizado como uma pessoa que sofre inúmeros males, um infeliz capaz de despertar compaixão e indignação moral. Essa abordagem romântica, que apelava para a sensibilidade da sociedade, dramatizava a injustiça da escravidão, elevando o escravo sofrido a uma figura digna de empatia, humanizava-o.²⁷

O direito foi um tópico fundamental para a retórica abolicionista. Com ele, questionava-se a própria base jurídica da propriedade de seres humanos. Os abolicionistas, como Joaquim Nabuco, invocavam tanto o direito natural à liberdade, central no Iluminismo, quanto a aplicação da legislação positiva, como a Lei de 1831, que proibia o tráfico de escravizados e que tornava livre todo escravo que entrasse em território brasileiro após sua promulgação. Figuras como Luís Gama exploraram essa lei, implementando ações judiciais para provar a ilegalidade do cativeiro de muitos

²⁶ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 177.

²⁷ ALONSO, cit., p 75-77.

escravos que foram introduzidos no país depois da lei de 1831. Quanto ao direito natural, argumentava-se que a lei não deveria sustentar uma instituição fundamentada na pura violência e que sequestrava os direitos naturais dos africanos. Assim, o direito de propriedade sobre escravos ia contra o direito natural à liberdade.²⁸

O progresso completava o tripé argumentativo, definindo a escravidão como um anacronismo e um obstáculo ao desenvolvimento. Partindo do conceito positivista de progresso, os abolicionistas defendiam que a escravidão era um "cancro social" que impedia o avanço e o desenvolvimento da nação, atravancando a marcha da civilização no Brasil.²⁹ O conceito de política científica de Comte definiu a escravidão como atraso civilizacional, econômico e social, popularizou "a crença na superioridade da sociedade urbano-industrial baseada no trabalho livre e incitou a intervenção no mundo social para eliminá-la".³⁰ Era tudo o que o movimento abolicionista precisava: crítica, solução e ação.

Além disso, no abolicionismo brasileiro, havia a ideia de cidadania incompleta. Esta dizia que a consolidação da nação e da cidadania brasileira só seriam plenamente alcançadas por meio da libertação de todos os escravizados do país.³¹ De fato, a Constituição do Império negava a cidadania aos escravizados omitindo-os de seu texto — ao suprimi-los de sua redação, suprimia-lhes as garantias de direito que aos livres reconhecia por escrito —, e só a abolição mudaria essa situação de exclusão social institucionalizada, fazendo de todos os brasileiros, e não apenas de uma parte deles, uma nação cidadã. Por isso, o conceito de nova independência; a velha emancipação era a do país e a nova era a de seu povo.³²

Por outro lado, os defensores da escravidão, com seu "escravismo de circunstância",³³ buscavam preservar a ordem alertando para as possíveis consequências desastrosas da abolição. Ela representaria um risco para a economia do país, visto que esta se baseava na agricultura, que por sua vez dependia de mão de obra escrava. Ademais, os escravistas afirmavam que a reforma do elemento servil seria inútil. Eles

²⁸ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 79.

²⁹ ALONSO, cit., p. 78.

³⁰ ALONSO, cit., p. 79.

³¹ ALONSO, cit., p 80.

³² Ibidem.

³³ ALONSO, cit., p. 46.

argumentavam que a escravidão era um fato natural, um costume imune à legislação, e que já bastava a Lei do Ventre Livre, decretada em 1871, para encaminhar o fim da escravidão no futuro de forma natural e no seu próprio ritmo. Também, os antiabolicionistas alertavam que a emancipação poderia trazer catástrofes sociais, a exemplo da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, para o Brasil caso ela acelerasse o processo natural do fim do cativeiro. Essa retórica e argumentos visavam legitimar a manutenção do *status quo*. Não é que os escravistas defendessem abertamente a moralidade da escravidão e sua permanência eterna, “ninguém sustenta aqui a perpetuidade da escravidão” disse um político escravista em 1871;³⁴ na verdade, eles defendiam o que julgavam ser a estabilidade econômica e a manutenção da ordem social do país. Esse era o escravismo de circunstância que buscava adiar medidas, mesmo que pequenas, em prol da abolição com o objetivo de evitar seus potenciais efeitos colaterais e perigosos para a nação.

2.1. Fases do Abolicionismo

Com características nacionais próprias, o movimento abolicionista agiu por fases, aplicando, em cada uma delas, diferentes táticas para alcançar seu objetivo. Conforme defendido e demonstrado por Alonso,³⁵ o movimento começa em 1868 e termina em 1888, seguindo as seguintes fases, de acordo com a terminologia proposta pela mesma autora.

A primeira fase foi o “abolicionismo de elite” (1868-1871), originado pela atuação de personagens da elite política e intelectual, como André Rebouças e Abílio Borges. Estes iniciaram o debate, impulsionados pelo que acontecia no mundo e no país. Abílio Borges inaugurou as cerimônias cívicas abolicionistas. Essa fase resultou na aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), que, apesar de limitada, apontava para um futuro, mesmo que distante, sem o trabalho escravo.³⁶ De 1871 a 1878, consecutivos governos conservadores fecharam o espaço institucional para a abolição. O

³⁴ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 46.

³⁵ ALONSO, *cit.*, p. 282-283.

³⁶ ALONSO, *cit.*, p. 282..

abolicionismo nesse período teve pouca atividade, ficou disperso, porém foi capaz de passar suas estratégias e retóricas para uma nova geração de ativistas.³⁷

Na segunda fase, de “nacionalização e expansão” (1878 a maio de 1884), o movimento ganha fôlego com o Partido Liberal. Amplia-se a base social, com jovens instruídos, e novos líderes como Luís Gama e José do Patrocínio ascendem. Nessa fase, a estratégia de “libertação de territórios”, onde cidades (como Mossoró, no Rio Grande do Norte) e províncias (Amazonas e Ceará) eram declaradas livres da escravidão por meio de inúmeras manumissões realizadas numa mesma região, ganhou destaque e visibilidade nacional.³⁸ Essas primeiras fases supracitadas correspondem também ao que Alonso denominou o período de “flores”, momento em que o movimento abolicionista consistentemente se utilizou de teatros para realizar seus eventos de propagação e propaganda de seu ideário. Dentro dos teatros realizavam-se óperas, peças, conferências, concertos, declamações, reuniões e discursos, tudo em torno da emancipação.³⁹

A terceira fase, denominada “Aliança Movimento-Governo”, caracterizou-se por uma aliança tática com o gabinete liberal chefiado por Souza Dantas, entre maio de 1884 e maio de 1885. O “Projeto 48” de Dantas propunha a libertação de sexagenários e nova matrícula de escravos, buscando conduzir o processo de emancipação pela via parlamentar.⁴⁰ ⁴¹ Nesse período, Joaquim Nabuco atuou como líder no Parlamento e corresponde ao que Alonso denominou como período de “votos”, visto que a estratégia do movimento foi apoiar o governo Dantas na imprensa e lançar candidatos a cargos políticos que fizessem parte do movimento ou que com ele simpatizassem.⁴²

Com a derrota do Projeto 48, a queda de Dantas e a ascensão do gabinete conservador liderado pelo Barão de Cotegipe, tem início a fase de “Confrontação”, entre agosto de 1885 e fevereiro de 1888. A Lei Saraiva-Cotegipe formaliza a libertação de sexagenários, mas não da forma que queriam o movimento e o gabinete Dantas.⁴³ Nessa fase, o movimento enfrenta repressão do governo e recorre à desobediência civil,

³⁷ Ibidem.

³⁸ ALONSO, cit., p. 32, 152-154

³⁹ ALONSO, cit., p. 12.

⁴⁰ ALONSO, cit., p. 200-202.

⁴¹ COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 108.

⁴² ALONSO, cit., p. 12.

⁴³ ALONSO, cit., p. 206,208.

estimulando fugas coletivas de escravos e a formação de quilombos.⁴⁴ É o período mais radical do abolicionismo, que Alonso denominou de período das “balas”.

Entre outubro de 1887 e maio de 1888, a fuga de escravos faz a desorganização das fazendas atingir o auge, com a recusa do Exército em perseguir escravizados e o apoio da Igreja à causa abolicionista.⁴⁵ Tudo isso torna a abolição inevitável. E em 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel assina a Lei Áurea.

⁴⁴ ALONSO, cit., p. 215-216.

⁴⁵ ALONSO, cit., p. 218.

Capítulo 3 – A Abolição da Escravidão no Jornal *O Publicador Goyano*

3.1. A Escravidão na Província de Goiás

A formação de Goiás no século XVIII esteve intrinsecamente ligada à busca e exploração do ouro, que impulsionou o povoamento do território e o uso de mão de obra escravizada na atividade mineradora. Africanos e seus descendentes foram frequentemente usados na mineração, o que fez da escravidão o motor da economia mineradora goiana, situação comum nas zonas de mineração no Brasil Colônia. No século seguinte, XIX, essa atividade de exploração foi pouco significativa para a região, principalmente quando se compara Goiás a Minas Gerais.⁴⁶

A maior parte dos centros de mineração, em Goiás, se formaram nos primeiros vinte e cinco anos de povoamento colonial do território. A partir do primeiro arraial, que marca o início dessa ocupação definitiva, em 1726, o arraial de Santana — que seria no futuro Vila Boa e a Cidade de Goiás —, surgiram outros arraiais e descobertas de ouro importantes. Estas foram essenciais para a exploração e a fixação de populações ao longo do território. Passado esse período de descobertas auríferas, já na década de 1750, apesar de registradas várias ocorrências de ouro, estas foram de exploração breve.⁴⁷ Assim, o auge da produção de ouro em Goiás foi de 1730 a 1760. De 1726 a 1822, foi extraído do território goiano cerca de 131 toneladas. Deste total, 80 toneladas (61%) foram produzidas entre 1736 e 1765. Nos últimos anos desse tempo de prosperidade, a arrecadação do quinto na região chegou a 40 arrobas em 1753, mantendo-se acima de 30 arrobas até 1760. Daí em diante o quinto recolhido só diminui, chegando a 15 arrobas em 1773, dez em 1781, somente cinco em 1801, finalizando em meia arroba no ano de 1822.⁴⁸

Essa queda na produção do ouro, em Goiás, era consequência do esgotamento cada vez maior das minas superficiais, da falta de técnicas à disposição para aprofundar as extrações, das perdas de capacidade de investimentos dos mineradores, por causa do sistema fiscal e devido ao seu frequente endividamento junto aos comerciantes.⁴⁹ Esses endividamentos pelo comércio aconteciam pois os produtos de consumo nas regiões

⁴⁶ COSTA, Kelerson Semerene. *Meiaponte - História e meio ambiente em Goiás*, Brasília, Paralelo 15, 2013. p. 41.

⁴⁷ COSTA, K., cit., p. 42.

⁴⁸ COSTA, K., cit., p.43.

⁴⁹ COSTA, K., cit., p. 43-44.

mineradoras provenham de importação, o que encarecia seus valores. Então, o esgotamento das jazidas de ouro, somado aos altos preços praticados nas áreas mineradoras, resultou em devedores insolventes, bancarrota. Após algumas tentativas de reanimar a mineração, a partir de 1830, a mineração no país se tornou atividade secundária pelo restante da existência do Império.⁵⁰

A decadência da mineração em Goiás gerou consequências, como: a falência generalizada de moradores, a ruralização da população, que buscava terras para a produção de subsistência, e o abandono e desaparecimento de povoações formadas durante o auge da mineração.⁵¹ Desde os tempos da capitania, a produção agrícola conviveu com outras atividades. Porém, só após o declínio da produção do ouro é que a agropecuária se generalizou, virando a principal atividade dos habitantes do território goiano. Isso foi um movimento defensivo contra a miséria, isto é, a formação de unidades produtoras que tinham como objetivo maior garantir a sobrevivência da população. Essas unidades eram de pequeno porte, quando levado em conta seu volume de produção e a quantidade de mão de obra que empregavam: utilizavam-se de poucos escravos, ou nenhum, e produziam o necessário para o seu consumo e para um comércio local em pequena escala. Essa transição econômica, de grandes empreendimentos nas minas para a pequena produção de subsistência, reduziu a necessidade de se ter grandes contingentes de mão de obra escravizada, como havia sido no auge da exploração aurífera, que sempre exigiu grandes quantidades de braço, no caso, escravo.⁵² Essa situação se intensificou, ao longo do século XIX as unidades produtoras usaram cada vez menos mão de obra escrava. Isso porque seu nível de produção não era suficientemente capaz de manter “um plantel de escravos”.⁵³

O trabalho livre foi assumindo gradativamente mais relevância em Goiás, simultaneamente ao declínio cada vez maior da população escrava na província, ao longo do século XIX. Assim, em Goiás aconteceu o oposto do que se passou na maior parte do Império, onde a população cativa cresceu durante a primeira metade do século XIX, por causa do intenso tráfico negreiro até 1850. Os dados mostram o declínio da

⁵⁰ Ibidem, p. 44.

⁵¹ COSTA, K., cit., p. 110.

⁵² COSTA, Kelerson Semerene. *Meiaponte - História e meio ambiente em Goiás*, Brasília, Paralelo 15, 2013. p. 113.

⁵³ COSTA, K., cit., p. 114.

população escrava em Goiás ao longo do século XIX, da seguinte forma: em 1804, havia 19.834 cativos na província; em 1832, esse número diminuiu para 12.348. Já em 1872, foram contados 10.652 cativos, correspondentes a 6,64% da população goiana (160.395 habitantes) e 0,7% da totalidade de escravos do país. Eram poucos escravizados no meio de muita gente livre. Goiás só superava em número de cativos as províncias do Amazonas e do Mato Grosso.⁵⁴

Devido à diminuição da escravidão e à escassez da mão de obra, em 1884, excetuando um caso, todos os 252 ingênuos nascidos em Meiaponte e Corumbá, na vigência da Lei do Vento Livre, permaneceram sob a tutela dos proprietários de suas mães para lhes prestarem serviços.⁵⁵ Portanto, percebe-se que essa característica demográfica e econômica particular de Goiás determinou sua relação com a escravidão, uma relação cada vez menos dependente desde o fim do auge do ouro e de sua transição econômica para a pequena agricultura. É esse ambiente que o movimento abolicionista encontra no século XIX, aproveitando-se de sua especificidade quanto à pouca quantidade de escravos para propagar suas ideias e agenda, recebendo, assim, uma menor resistência estrutural, ao contrário do que acontecia em outras províncias, como as cafeeiras, onde o movimento atuava.

3.2. O Debate Sobre a Abolição nas Páginas d'*O Publicador Goyano*

No conjunto de textos e matérias d'*O Publicador Goyano* relacionados às pautas do movimento abolicionista nacional, identificamos os seguintes temas: alforria condicional e incondicional; ações do movimento abolicionista; confronto entre abolicionistas e escravistas, retóricas abolicionistas; estratégias abolicionistas; imigração estrangeira como solução para o problema da mão de obra nacional; abolicionismo e arte, abolição gradual e abolição imediata. Vale destacar que o uso da imprensa pelo movimento abolicionista era fundamental. Muitas das associações abolicionistas criaram jornais próprios para divulgarem o ideário do movimento, conquistarem adeptos, orientarem abolicionistas em ações estratégicas e para criticarem a escravidão e seu defensores. Grandes líderes do movimento tinham jornais próprios. A

⁵⁴ COSTA, K., cit., p. 132.

⁵⁵ COSTA, K., cit., p. 133.

Gazeta da Tarde, jornal de Patrocínio na Corte, foi o centro coordenador e agregador do abolicionismo nacional.⁵⁶ Lá Patrocínio e André Rebouças construíram uma rede nacional do movimento, direcionando e orientando os grupos pró-abolição que iam surgindo pelo Império.⁵⁷ Dentro desse movimento, *O Publicador Goyano* era mais um jornal alinhado com as pautas do movimento nacional e, ao mesmo tempo, engajado com as questões específicas de sua província.

No que diz respeito à alforria condicional e incondicional, isto é, com e sem ônus de trabalho após a emancipação, *O Publicador* divulgou vários casos dessas manumissões. Algumas vezes, as notícias continham os nomes dos escravos que foram libertos e muitas vezes citavam os nomes de quem os libertou. Por vezes, informavam se a alforria havia sido feita sem ônus ou com ônus de trabalho a ser prestado, seja por quatro, cinco, seis ou sete anos. Essas alforrias eram compradas por indivíduos caridosos, associações abolicionistas, pelo fundo de emancipação, pelos próprios escravos ou eram uma concessão do senhor ao escravo, em vida ou em testamento. Há notícias de alforrias de um escravo, de dois, quatro, sete, e de até setenta escravos sendo libertos, como fez o Conselheiro Saraiva com os seus.⁵⁸ Em algumas dessas notícias havia várias libertações de vários escravos pertencentes a diferentes senhores. Ao todo, ao longo das edições e dos anos, *O Publicador* divulgou 23 notícias de alforria feitas dentro de Goiás e nove notícias de alforria feitas em outras províncias do Império, como na Corte e em Minas. Isso era feito pois era estratégia do movimento divulgar as ações e os êxitos do abolicionismo para incentivar as pessoas a libertarem seus escravos e para motivar seus correligionários. A Comissão Central Emancipadora, composta por José do Patrocínio, Vicente de Sousa e Nicolau Moreira, fazia isso na Corte, publicando na imprensa o nome de quem doava dinheiro para a compra de alforrias como forma de prestigiá-los.⁵⁹.

Desde a primeira edição d'*O Publicador*, é possível vê-lo divulgando as ações do movimento abolicionista em Goiás. Por exemplo, no texto “Abolicionismo”, o autor,

⁵⁶ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.247

⁵⁷ ALONSO, Angela. cit., p. 143-144.

⁵⁸ Florambel, Floriano. Semana Fluminense. *O Publicador Goyano*. Goiás, n. 51, p. 3, 13 fev 1886.

⁵⁹ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.152-153.

identificado apenas como Ernesto, começa dizendo que as províncias do Ceará e Amazonas “são inteiramente livres”⁶⁰ e que o Rio Grande do Sul caminhava na mesma direção. Aqui, o autor está se referindo à abolição nas duas primeiras províncias, que ocorreu antes do Treze de Maio, em 1884, graças à bem-sucedida campanha de libertação de territórios do movimento abolicionista. Essa estratégia, como descreve Ângela Alonso,⁶¹ consistia em criar territórios sem a presença da escravidão, a partir de manumissões em massa num mesmo local, que desafiassem a institucionalidade escravista, que fossem refúgio de escravos fugidos e que servissem de exemplo para mostrar que uma ordem civil pós-escravista era possível.

Ernesto, em seguida, afirma que, em Goiás, a ideia da abolição não encontrava adeptos entusiasmados, como era no restante do Império, visto que poucas alforrias aconteciam ali, com exceção de algumas concedidas por particulares e outras feitas pelo fundo de emancipação. Mas isso, continua Ernesto, mudou no dia 1º de janeiro, quando o Centro Libertador Goyano foi inaugurado e quando, nesse dia, foram distribuídas 129 cartas de alforria no edifício dessa instituição. Esse episódio mostra a presença eficaz do movimento abolicionista na província goiana, agindo em harmonia com o movimento no restante do país. Era comum que associações e sociedades abolicionistas fizessem eventos e cerimônias civis, onde arrecadavam doações para a compra de alforrias e onde faziam liberações públicas de escravos. Exemplos dessa forma pública de alforriar foram praticados pela Sociedade Libertadora 7 de Setembro, de Salvador,⁶² pela Sociedade Cearense Libertadora,⁶³ pelo Centro Abolicionista de Porto Alegre⁶⁴ e pela maior organização abolicionista do Brasil, a Confederação Abolicionista, da Corte.⁶⁵

Seguindo para o assunto final do texto, Ernesto fala, indignado, sobre o fato de ainda existirem, em 1885, cartas de liberdade feitas sob a condição de sete anos de trabalho. Para ele, os escravos não deveriam prestar serviço, após sua liberdade, por mais de cinco anos, pois Ernesto cria que a escravidão não chegaria à última década do século XIX. E os escravistas que pensavam o contrário disso, fazendo cartas de alforria

⁶⁰ Ernesto. Abolicionismo. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 1, p. 3, 25 fev 1885.

⁶¹ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 153.

⁶² ALONSO, cit., p. 29-30.

⁶³ ALONSO, cit., p. 136.

⁶⁴ ALONSO, cit., p. 171.

⁶⁵ ALONSO, cit., p. 8-9.

sob condição de longos anos de trabalho, o faziam porque “o egoísmo sobrepuja o patriotismo e inspira os possuidores de escravos”.⁶⁶ Essa afirmação reflete o alinhamento do autor, abolicionista “de coração”⁶⁷, com o conceito de cidadania incompleta que criticava o movimento abolicionista brasileiro. Essa crítica dizia que a consolidação da nação e da cidadania brasileira só seriam plenamente alcançadas por meio da libertação de todos os escravizados do país.⁶⁸ Por isso, Ernesto dizia que o egoísmo sobrepujava o patriotismo, pois, para ele, patriota era aquele que queria a consolidação da cidadania e do povo brasileiro por meio da emancipação, o “quanto antes”,⁶⁹ dos escravizados.

No texto “Rio Verde, de 3 de Outubro de 1887”, vemos uma curiosa situação que aconteceu em Rio Verde, Goiás, em 1887, um caso que é plausível de ser colocado na conta do abolicionismo. O autor do texto, Matheus, relata a tentativa de um homem, Chicão, de libertar um escravo pertencente a seus irmãos, Manoel e Camillo, de forma ilegal através de um documento falso. A tentativa, por meio da fraude, foi inicialmente bem-sucedida. Porém, logo em seguida os senhores recuperaram seu escravo, Jacintho.⁷⁰ O episódio pode ser abarcado pelo período de confrontação que define Angela Alonso,⁷¹ de agosto de 1885 a fevereiro de 1888, no qual o movimento abolicionista partiu para a clandestinidade contra o sistema escravista, usando de métodos ilegais, como o acoitamento de escravos e as fugas coletivas de escravos orientadas. Se no restante do Império libertaram-se escravos ilegalmente com fugas, em Goiás aconteceu de libertarem um escravo via estelionato documental.

Outros episódios de confrontação entre abolicionistas e escravistas foram impressos n’*O Publicador*. Na 119^a edição, o texto “12.000 Libertos em Campos” conta que, na Coletoria de Campos dos Goytacazes (RJ), foram registrados na nova matrícula cerca de doze mil escravos por “indivíduos oficiosos”⁷² que se ofereceram a fazendeiros escravocratas para registrar sua escravaria. Para receberem seus honorários de forma

⁶⁶ Ernesto. Abolicionismo. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 1, p. 3, 25 fev 1885.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 187.

⁶⁹ Ernesto, cit., p. 3.

⁷⁰ DA SILVA, Matheus Quintiliano. Rio Verde, de 3 de Outubro de 1887. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 139 , p. 4, 22 out 1887.

⁷¹ ALONSO, op. cit., p. 283.

⁷² DA SILVA, cit., p. 4.

rápida, os indivíduos oficiosos deixaram de preencher formalidades importantes nas matrículas, cuja falta anula seu valor jurídico. O escravo que não fosse registrado na nova matrícula dentro do período estabelecido pela Lei dos Sexagenários seria considerado livre. Então, assim que os senhores prejudicados souberam que suas matrículas não valiam e que, por isso, perderam seus escravos, tentaram assaltar a coletoria para destruir os livros de matrícula. Porém, um grupo de abolicionistas resolveu guardar o edifício até que os livros fossem enviados para o presidente da província, para assim garantir a liberdade dos escravos.⁷³ Essa situação de confronto direto com escravistas, que aconteceu na província do Rio de Janeiro, foi veiculada n'*O Publicador*, pois o jornal, como se infere, apoiou a atitude combativa dos abolicionistas de Campos. Essa estratégia de aproveitar brechas jurídicas em leis para libertar escravos era muito usada pelo movimento abolicionista, que, por vezes, judicializava causas de libertação.⁷⁴ O que torna possível conjecturar e supor que os próprios indivíduos oficiosos poderiam estar em conluio com o grupo de abolicionistas que guardou a coletoria.

O movimento abolicionista usava a estratégia de judicialização do combate à escravidão. Utilizando, principalmente, as leis de 1831 e de 1871 para libertar escravos, os abolicionistas impetravam ações de liberdade, processos, apelos e denúncias aos tribunais, faziam ativismo judicial.⁷⁵ Vê-se o apoio d'*O Publicador* a essa prática em sua 125^a edição, onde publicou um artigo escrito originalmente na *Gazeta da Tarde*, jornal de Patrocínio. O artigo fala do último acórdão do Tribunal da Relação da Corte, que determina que “são livres os nascidos no Brasil, cujas filiações forem desconhecidas”.⁷⁶ Essa decisão judicial se deve à Lei dos Sexagenários (1885), que determinava, dentro do prazo de um ano, que fosse realizado um novo registro, matrícula, de todos os escravos do Império. A lei estabelecia que na nova matrícula deveriam constar as seguintes informações sobre o escravo: nome, nacionalidade, sexo, filiação, se fosse conhecida, ocupação ou serviço em que fosse empregado, idade e valor. Porém, a matrícula feita sem a filiação poderia legitimar casos de escravidão ilegal, já que a filiação desconhecida poderia ser usada para esconder a origem livre do

⁷³ 12.000 Libertos em Campos. *O Publicador Goyano*. Goiás, n. 119, p. 3, 4 jun 1887.

⁷⁴ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 64 e 119.

⁷⁵ ALONSO, cit., p. 83.

⁷⁶ Filiação Desconhecida. *O Publicador Goyano*. Goiás, n. 125, p. 3, 16 jul 1887.

escravo. Pois o acórdão da Corte, como visto acima, decidiu pela presunção de liberdade. E o artigo argumenta nesse sentido, que para ser escravo é necessário ser filho de escravo (isso até a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871); do contrário, cabe ao senhor provar a condição do escravizado.⁷⁷ Ao divulgar esse artigo, *O Publicador Goyano* buscava municiar os abolicionistas goianos juridicamente em seu ativismo judicial, assim como fez a *Gazeta da Tarde*, na Corte.

Usando como base esse acórdão da Corte e seguindo a estratégia do movimento, alguns abolicionistas em Goiás fizeram seu ativismo judicial. O primeiro caso é do Capitão A. da Fontoura, presidente da Sociedade Abolicionista João Clapp, que requereu da coletoria “desta capital” a relação dos escravizados que foram matriculados com filiação desconhecida, no intuito de os tornar libertos.⁷⁸ O outro caso é de um promotor público em Porto Imperial (atual Porto Nacional, em Tocantins), que requereu a certidão da matrícula de mais de 60 escravos cujas matrículas declaravam filiação desconhecida.⁷⁹ A libertação por filiação desconhecida era mais uma via jurídica para fazer dos escravos cidadãos livres, e, como se vê, o movimento abolicionista em Goiás se aproveitou dessa ferramenta, contando com o apoio da imprensa abolicionista por meio de consultoria e da divulgação de suas ações.

No texto “Contra a Escravidão”, vemos um autor anônimo, de Goiás, que usa o pseudônimo de Clarkson, uma referência ao famoso abolicionista inglês Thomas Clarkson.⁸⁰ Esse uso de nomes de abolicionistas mundialmente famosos como forma de esconder a verdadeira identidade era comum entre os abolicionistas brasileiros. Grandes nomes do abolicionismo nacional, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Rui Barbosa entre outros, usaram como pseudônimo nomes de abolicionistas estrangeiros para escreverem em jornais, nomes como William Lloyd Garrison, William Wilberforce, Frederick Douglas, conde Grey, Thomas Buxton, Abraham Lincoln e John Bill estavam entre os preferidos.⁸¹ Isso mostra que essa pseudonímia antiescravagista chegou até Goiás advinda provavelmente do grande núcleo abolicionista do Império, a

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Escravos. *O Publicador Goyano*. Goiás, n. 122, p. 3, 26 jul 1887.

⁷⁹ Movimento Abolicionista em Porto Imperial. *O Publicador Goyano*. Goiás, n. 134, p. 2, 17 set 1887.

⁸⁰ Clarkson. Contra a Escravidão. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 92, p. 1-2, 27 nov 1886.

⁸¹ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 196-197.

Corte. No que se refere ao texto do Clarkson de Goiás, vemos uma crítica às consequências do escravismo na sociedade brasileira. O autor afirma que o brasileiro enxerga o trabalho como algo ruim, pois cresce vendo o trabalho duro sendo feito por escravos e vê senhores enriquecendo com isso. Assim sendo, conclui que o brasileiro desde a infância vê o trabalho como algo degradante, “só digno de escravos”⁸². Essa observação, sobre como a escravidão deformava a visão que o cidadão livre tinha do trabalho manual, é muito parecida com a observação que fez Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo*, “produto intelectual mais sofisticado da propaganda abolicionista brasileira”,⁸³ publicado em 1883. No livro, Nabuco afirma, ao falar da população do interior, que “por mais de três séculos acostumada a considerar o trabalho do campo como próprio de escravos; saída quase toda das senzalas, ela julga aumentar a distância que a separa daqueles, não fazendo livremente o que eles fazem forçados”⁸⁴. A afirmação de Clarkson talvez seja devido à grande divulgação que o movimento abolicionista fez da obra de Nabuco. A Confederação Abolicionista, por exemplo, chegou a imprimir cinco mil cópias para serem enviadas para as províncias do Império e para serem divulgadas pelos jornais abolicionistas do país.⁸⁵

Na 99^a edição d’*O Publicador*, no texto “A Libertação de Goyaz IV”, vemos em Goiás uma clara demonstração de como os jornais pró-abolição eram usados para orientar e inspirar as ações dos abolicionistas. Por exemplo, Patrocínio havia publicado na *Gazeta da Tarde*, em 1883, um artigo ousado explicando como funcionava o sistema de fugas de escravos orientadas secretamente por abolicionistas nos EUA. Esse sistema clandestino e furtivo, chamado de *underground railroad*, tinha por objetivo retirar escravos do Sul confederado e escravocrata — através de uma rede secreta de acoitamento, que passava de casa em casa, esconderijos provisórios cedidos por abolicionistas — para levá-los ao Norte unionista e livre, ou para o Canadá, para viverem como cidadãos livres. Como queria o líder abolicionista Patrocínio, o movimento abolicionista entendeu e aplicou essa estratégia, adaptando-a ao contexto nacional. Assim, Ceará, Amazonas e a cidade de Santos (SP) passaram a ser o destino

⁸² Clarkson. Contra a Escravidão. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 92, p. 2, 27 nov 1886.

⁸³ ALONSO, Angela. cit., p. 162.

⁸⁴ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo : Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo). p. 69.

⁸⁵ ALONSO, Angela. cit., p. 165.

livre dos escravos fugidos que recebiam ajuda dos abolicionistas para lá chegarem.⁸⁶ N’*O Publicador Goyano*, Floriano Florambel, autor do texto supracitado, repete a atitude de Patrocínio ao orientar os abolicionistas de Goiás, via imprensa, quanto à forma de libertar a província de Goiás da escravidão. Ele começa dizendo que a libertação no Amazonas, feita através da compra da alforria de todos os escravos daquele território pelo governo provincial, não pode ser repetida em Goiás, porque a arrecadação de impostos desta província era muito baixa. Tendo isso em vista, Florambel prossegue dizendo que não se deve focar na Assembleia Provincial, mas na Câmara Municipal da capital goiana. E conclui recomendando algumas ações junto à essa câmara municipal: “Inaugure a Câmara Municipal um *livro de ouro*, à semelhança de suas co-irmãs das grandes cidades; nomeie comissões para agenciar cartas de liberdade; celebre festas abolicionistas ou de grande gala, mas em que se entreguem as cartas obtidas a fim de despertar no povo o entusiasmo pela abolição e a ideia se alimentará mais ou menos no espírito público”.⁸⁷ Assim como Patrocínio usou a *Gazeta da Tarde* para dar direcionamento estratégico ao movimento abolicionista na Corte e nas demais províncias, por um via clandestina e rebelde, Floriano Florambel usou *O Publicador* para comunicar aos abolicionistas as diretrizes para a libertação da capital de Goiás por uma via institucional e legal.

De vários artigos pró-abolição d’*O Publicador Goyano*, destaco o texto de Floriano Florambel, “Libertação de Goiás: X”, que usa da tríade retórica abolicionista esplanada por Ângela Alonso: compaixão, direito e progresso.⁸⁸ O discurso de Florambel é um apelo ao Bispo de Goiás, D. Cláudio, para que este pratique a caridade com os escravos, que Florambel define como a luta pela liberdade dos cativos, que advoga pela sua causa, diminuindo seu sofrimento e desamparo.

Florambel começa apelando para a compaixão do Bispo ao citar o sofrimento do escravo em frases, como: “as fazendas, que ainda são o martírio desses pobres desamparados”, “a religião do amor e da caridade não pode ser indiferente às lágrimas desses desgraçados” e, além disso, cita o caso de uma senhora, na rua do Ouvidor (RJ),

⁸⁶ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 243.

⁸⁷ FLORAMBEL, Floriano. Libertação de Goyaz IV. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 99, p. 1-2, 15 jan 1887.

⁸⁸ ALONSO, Angela. cit., p. 72

que açoitou suas duas escravas até que ambas tiveram “o corpo gotejando sangue e as carnes dilaceradas completamente”.⁸⁹ Com isso, Florambel buscou gerar no seu interlocutor empatia para com o escravo, humanizando-o. O autor segue apelando ao sentimento do Bispo, mas após citar o caso de violência com as escravas, incita o sentimento de indignação, ao dizer que “o espírito religioso deve revoltar-se contra essa ferocidade dos homens”.⁹⁰

Quanto ao direito, Florambel diz: “comadecei-vos dos escravos, homens como nós, mas que as lei enfermas (...) reduziram à condição das bestas de carga”.⁹¹ Com isso, ao dizer que o escravo era um igual como ele e como o interlocutor, “homens como nós”, Florambel pressupunha-lhe a humanidade, reconhecendo, assim, seus direitos enquanto ser humano e cidadão, mas que ainda não é assim reconhecido por todos por causa das “leis enfermas” que o bestializam, diminuindo-o ao patamar de um animal. Assim, não é mais a humanidade do escravo que se discute, mas, sim, a lei que lhe nega seus direitos naturais.

A retórica do progresso também foi usada quando o autor, ao falar do movimento abolicionista disse: “(...) o movimento que cresce como uma onda (...), é a manifestação completa de que a civilização aí vai triunfando o barbarismo (...).”⁹² Aqui, vemos a ideia de civilização que progride ao longo do tempo, vencendo as instituições arcaicas pelo caminho, vide a escravidão, em sua marcha rumo ao progresso.⁹³

Todas essas retóricas usadas pelo movimento abolicionista brasileiro estavam, como demonstrado, perfeitamente absorvidas pelo abolicionismo goiano, que a partir delas montou discursos a fim de convencer a sociedade do ideário abolicionista e a fim de contra argumentar o discurso antiabolicionista.⁹⁴

Desde os primeiros anos do abolicionismo a imigração fazia parte de uma agenda modernizadora que incluía a abolição gradual e a pequena propriedade.⁹⁵ Fazendeiros e senhores de escravos discutiam a imigração com o intuito de usá-la para

⁸⁹ FLORAMBEL, Floriano. *Libertação de Goyaz - X. O Publicador Goyano*, n. 114, p. 1, 30 abr 1887.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem.

⁹³ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 78.

⁹⁴ ALONSO, Angela. cit., p. 72

⁹⁵ ALONSO, Angela. cit., p. 29.

substituir a mão de obra escrava. Eles eram os principais interessados nesse assunto, já que eram os mais afetados pela falta de mão de obra no Brasil. Assim sendo, cogitaram importar chineses⁹⁶ para substituir os escravos na lavoura, mas acabaram optando pela imigração europeia.⁹⁷ Isso é visto em uma notícia n'*O Publicador* que resumiu o plano de imigração do conselheiro Paulino Souza, político e escravocrata importante: “(...) buscar imigrantes e satisfazer assim as necessidades das localidades, preparando por esta forma a transformação do braço escravo”.⁹⁸ Àquela altura já esperavam o fim iminente da escravidão.

Ao longo das edições d'*O Publicador Goyano* há oito matérias que falam sobre a imigração como substituição da mão de obra escrava. A maioria delas concorda com a imigração europeia, como é o caso do Dr. João Osório, que afirmou que imigração europeia era “imprescindível ao adiantamento do país e principalmente da lavoura”, uma vez que a mão de obra escrava iria desaparecer.⁹⁹ Ou como o caso do autor do texto “Emigração e Colonização”, que afirma ser a imigração fundamental para a formação de uma nova composição da nação brasileira: “Nós precisamos dos estrangeiros para o desenvolvimento do país e aperfeiçoamento das raças, que naturalmente se fundirão em uma raça robusta, produto do cruzamento delas”.¹⁰⁰ Houve também aqueles que discordavam de usar a imigração como solução para a mão de obra. Para João José Correia de Moraes seria melhor substituir o trabalho escravo por trabalhadores brasileiros e não por estrangeiros.¹⁰¹ No texto “O Sr. Xavier da Silva”, que transcreve o discurso do deputado Xavier da Silva na Câmara, vê-se uma proposta de solução diferente. O deputado defendeu o uso de mão de obra indígena para substituir a escrava, e isso seria possível, segundo ele, através da catequização dos índios.¹⁰² Esses textos e publicações dentro d'*O Publicador Goyano* demonstram como o jornal estava inteirado das discussões nacionais a respeito da imigração e como usava sua folha como um espaço para discutir o tema.

⁹⁶ COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 70.

⁹⁷ COSTA, Emilia Viotti da. cit., p. 72-73.

⁹⁸ Trabalho Livre. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 147, p. 3, 17 dez 1887.

⁹⁹ OSÓRIO, Dr. João. Emigração. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 4, p. 1, 21 mar 1885.

¹⁰⁰ Emigração e Colonização. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 127, p. 1, 30 jul 1887.

¹⁰¹ MORAES, João José Correia de. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: Viação do Império. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 43, p. 2, 19 dez 1885.

¹⁰² O Sr. Xavier da Silva. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 84, p. 3, 2 out 1886.

Ao todo n'*O Publicador* existem 8 textos que estão relacionados com a cultura (música, teatro e literatura) e o abolicionismo. Dois deles falam da ópera *Lo Schiavo*, de Carlos Gomes. Três textos falam sobre a peça dramática *Vingança de Um Escravo*, que segundo um espectador é um drama que “agita a grande questão da atualidade — a questão do elemento servil”.¹⁰³ Também, há um texto que elogia a peça teatral *Mulher-Homem*, que faz dos principais acontecimentos e elementos de 1885 seus personagens: a Imprensa, a Opinião Pública, o Abolicionismo etc. são representados por atores na obra de cunho abolicionista. No fim do elogio, o autor diz que a peça fará propaganda para a causa abolicionista.¹⁰⁴ Além desses, há quatro escritos da seção literária do jornal. Um é o poema de Castro Alves, outro é um texto que descreve vivamente o sofrimento da vida no cativeiro. Os outros dois textos da seção literária são histórias fictícias que contam um pouco da vida de um ex-escravo¹⁰⁵ e uma ex-escrava.¹⁰⁶ O que todas essas obras culturais de cunho abolicionista têm em comum é o uso da figura do escravo, por vezes, sendo retratado como sofredor, “um leitmotiv” nesse tipo de arte engajada¹⁰⁷, digno de piedade e empatia, e outras vezes sendo retratado como personagem admirável, respeitável.¹⁰⁸

Um dos temas de debate nacional, durante o últimos anos da escravidão na década de 1880, foi sobre o ritmo da abolição. Se ela deveria ser feita de modo gradual ou imediato. Dentro d'*O Publicador* vemos a defesa da abolição imediata em dois artigos. Um deles critica o Projeto 48 de Dantas e o de Saraiva sobre a libertação dos sexagenários. Para o autor do texto, ele não corresponde ao anseio dos brasileiros, que querem a completa extinção da escravatura o quanto antes.¹⁰⁹ Em outro texto, “Um Motivo de Vergonha”, vemos essa mesma oposição à abolição gradual. O autor, Floriano Florambel, critica o projeto de extinção da escravidão que o Conselheiro Souza Dantas apresentou ao Senado. Para Florambel, a extinção da escravidão dentro do prazo de cinco anos, determinada pelo projeto, é muito longa. Ele conclui dizendo que a

¹⁰³ F. A. F. A. Theatro. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 50, p. 4, 7 fev 1886.

¹⁰⁴ História Semanal. *O Publicador Goyano*. Goiás, n. 52, p. 1, 20 fev 1886.

¹⁰⁵ Uma Boa Mãe – Do Correio de Santos. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 41, p. 2, 3 dez 1885.

¹⁰⁶ BASTOS, J. Sebastião de. O Alfaiate Endividado - Drama em 2 Atos. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 58, p. 3, 3 abr 1886.

¹⁰⁷ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 75-76.

¹⁰⁸ Uma Boa Mãe, cit., p. 2.

¹⁰⁹ Um do Povo. A Escravidão. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 16, p. 1, 15 jun 1885.

escravidão deve acabar antes disso.¹¹⁰ Essas manifestações de abolicionistas goianos a favor do fim imediato da escravidão coadunam perfeitamente com o Manifesto da Confederação Abolicionista, lançado em 1883, no que se refere à celeridade do processo de extinção do trabalho escravo.¹¹¹

Os textos que abarcavam a temática da abolição gradual foram aqueles que continham projetos, propostas ou leis de efeito longínquo, como a lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários, que dificultavam a escravidão sem extirpá-la num primeiro momento. Um exemplo disso é a notícia de que seria proposto na Câmara Municipal de Sorocaba a criação de um imposto de 500\$000 réis para cada escravo que entrasse naquele município.¹¹² O objetivo era encarecer a escravidão como uma forma de desestimulá-la. Outro texto que continha a temática da abolição gradual foi um que anuncjava que, em 1886, o Ministério da Agricultura tinha distribuído 2.000\$0000 (dois contos de réis) dos quais 10\$000 (dez mil réis) foram destinados à província de Goiás para seu fundo de emancipação.¹¹³ Era o efeito tímido da lei de 1871 acontecendo em Goiás, que naquele ano de 1886 não seria o suficiente para satisfazer os anseios do abolicionismo goiano, visto que, como demonstrado anteriormente, alguns dentro do movimento já falavam em abolição imediata. É necessário pontuar que não foram encontrados n'*O Publicador Goyano* artigos que defendessem expressamente a abolição gradual em detrimento da abolição imediata. Isso não significa dizer que iniciativas como a libertação de nascituros, o fundo de emancipação, a Lei dos Sexagenários e outras medidas graduais não fossem apoiadas pela ala mais radical do movimento abolicionista. Até porque antes de defender a abolição em menos de cinco anos e criticar Dantas, Floriano Florambel, no passado, lamentou o fato do projeto de libertação dos escravos sexagenários de Dantas, uma medida gradual, não ter sido aprovado na Câmara em 1885.¹¹⁴

¹¹⁰ FLORAMBEL, floriano. Um Motivo de Vergonha. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 73, p. 2, 17 jul 1886.

¹¹¹ ALONSO, Angela. cit., p. 164.

¹¹²Imposto Sobre Escravos. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 112, p. 4, 16 abr 1887.

¹¹³ Dos. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 62, p. 3, 1 mai 1886.

¹¹⁴ FLORAMBEL, floriano. A Escravidão no Brazil. *O Publicador Goyano*, Goiás, n. 15, p. 1, 7 jul 1885.

Considerações Finais

Após a quebra do consenso da escravidão no Império, que ocorreu por diversos fatores exteriores e domésticos ao longo do século XIX, foi surgindo um espaço menos hostil às ideias pró-abolição. Essas ideias estavam incluídas em um pacote de propostas modernizadoras para a sociedade oitocentista. Nesse pacote estavam propostas, como: a secularização, a urbanização e a industrialização da nação. O movimento abolicionista surge nesse contexto de ideias transformadoras, defendendo sua maior pauta, o fim da escravidão. Essa instituição, que formou e manteve a sociedade brasileira por mais de trezentos anos, não acabou de uma hora para outra. Do seu enfraquecimento até a sua extinção houve um processo gradativo em que vários fenômenos atuaram ao longo do século do Império.

O uso da imprensa pelo movimento abolicionista foi significativo para seu crescimento, sua organização, sua coordenação e comunicação nacional. Como o grande veículo de comunicação de massas do século XIX, a imprensa foi habilmente utilizada pelo movimento abolicionista para alcançar seus objetivos políticos e sociais.

Em Goiás não foi diferente. *O Publicador Goyano* e suas edições refletem bem esse *modus operandi* abolicionista. Através de suas matérias, demonstrou-se que havia sintonia entre o que ocorria com o movimento na Corte e o movimento em Goiás. Assim como outros jornais abolicionistas por todo o Império foram ferramentas importantes para o movimento, *O Publicador Goyano* também cumpriu seu papel agindo dentro do abolicionismo nacional, contribuindo para o seu avanço no contexto da província de Goiás.

A primeira edição disponível, de número 172, d'*O Publicador Goyano* após a abolição da escravidão foi publicada em 9 de Junho de 1888. A maior parte dela foi dedicada a falar sobre a abolição e a escravidão. Na primeira página do jornal há o texto da lei de 13 de maio e em seguida um texto do criador da lei elogiando a princesa regente Isabel e as instituições que promulgaram a nova lei.¹¹⁵ No texto seguinte é mencionado que algumas pessoas ao saberem da abolição ofereceram aos seus ex-escravos que lhes deviam tempo de serviço, como paga pela alforria, contratos de

¹¹⁵ Silva, Rodrigo Augusto da. Princesa Imperial Regente. *O Publicador Goyano*. n. 172, p. 1, 9 jun 1888.

locação de serviços ou a possibilidade de buscar serviços em outros lugares, visto que a abolição acabou com a escravidão e com a prestação de serviço feita junto a alforria.¹¹⁶ Essa atitude dos ex-senhores foi elogiada pelo editorial do jornal. Esses dois casos citados mostram que *O Publicador* continuou, após a abolição, fazendo o que era de seu costume: manteve seu público informado a respeito de novas leis sobre a escravidão e elogiou ações de indivíduos em direção à liberdade.

Essa 172^a edição parece comemorativa, na primeira página como letras garrafais lê-se: “Saudação ao Brasil expurgado da escravidão pela lei n. 3353 de 13 de maio de 1888(...)”. O texto continua em letras menores:

[...]járvore grandiosa que, plantada pela imprensa, entrelaçou seus ramos vigorosos por todas as classes da sociedade e foi produzir o seu precioso fruto nas alturas do trono imperial (1888, p. 1)

Nessa frase está reconhecido o papel da imprensa abolicionista propagadora de ideias e de propostas que, ao fim de um longo processo junto a vários outros fatores, culminaram na abolição. É interessante notar como o editorial d'*O Publicador Goyano* tinha consciência de seu papel dentro da causa abolicionista nacional.

¹¹⁶ Notícias e Considerações Sobre a Liberação Geral. *O Publicador Goyano*. n. 172, p. 1-2, 9 jun 1888.

Referências

Fonte

O Publicador Goyano, de 1885 a 1887, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Bibliografia

ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. **Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente**. São Paulo: É realizações, 2010.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; BARBOSA, Marialva Carlos; BOITA, Tony Willian. **Lutas e enfrentamentos de José do Patrocínio Marques Tocantins na imprensa goiana do século XIX: dos jornais abolicionistas às mulheres tipógrafas**. Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. Juiz de Fora: UFJF, 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Kelerson Semerene. **Meiaponte - História e meio ambiente em Goiás**, Brasília, Paralelo 15, 2013.

GOUVEIA, José Vanderlei. **História cultural da tipografia e da indústria gráfica goiana no século XIX. Goiânia**: UFG-FIC/PPGCom, 2022.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

Termo de Compromisso

Declaração de Autenticidade

Eu, Brian de Lima Villanueva, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “O Publicador Goyano e o abolicionismo na província de Goiás” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 22 de julho de 2025.

Assinatura

Brian de Lima Villanueva